



## Ministério da Justiça cria centro de estudos sobre Judiciário

O funcionamento da Justiça passará a ser alvo de estudo permanente do Poder Executivo. Essa é a proposta do Ministério da Justiça ao abrir seleção pública às universidades brasileiras para sediar um centro de estudos de pesquisas e análises do funcionamento da Justiça e do acesso da população ao Judiciário, de acordo com a *Agência Brasil*.

“Nós queremos ter uma estrutura que faça articulação da rede científica-acadêmica com os operadores do Direito e de outros segmentos da sociedade para analisar as limitações e as expectativas para propor as reformas legislativas”, explicou Rogério Favreto, secretário de Reforma do Judiciário. A intenção, segundo o secretário, é criar uma “cultura de investigação e de diagnósticos prévios às reformas normativas e políticas de gestão da Justiça”. Ele também afirmou que as propostas de reforma surgidas do observatório serão apresentadas previamente ao Supremo Tribunal Federal.

A universidade que sediará o centro será escolhida em abril. Até agora, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Rio de Janeiro apresentaram propostas. O centro de estudos atuará de maneira semelhante ao Observatório Permanente de Justiça em Portugal, criado na Universidade de Coimbra. Por isso, o Ministério da Justiça contratou o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dirigido pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, para implantar o projeto no Brasil.

Na visão do sociólogo, “não se pode levar a democracia a sério se o sistema judicial não for levado a sério, e para isso, precisamos mais transparência no sistema”, avaliou. Entre os temas que podem ser analisados estão a morosidade dos processos judiciais e como a lentidão pode criar dificuldades para as pessoas que precisam do Judiciário.

O observatório irá analisar ainda o conteúdo das sentenças. “Eu estou interessado tanto na quantidade da Justiça quanto na qualidade da Justiça”, assinalou o intelectual.

Para Boaventura, há tensões entre o sistema jurídico e o sistema político, porque “a propósito de nada, criam-se desentendimentos” e há conservadorismo e corporativismo entre os operadores do Direito. Porém, ele destacou que o Judiciário é composto por diferentes integrantes, o que pode causar divisões. “Tem juízes, procuradores no Ministério Público, defensores públicos e associações [*como a Associação Juízes para a Democracia*], que mostram a clivagem [*divisão*] dentro das magistraturas”, disse.

### Date Created

08/02/2009